




MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Nova Friburgo - RJ

Processo Nº: 5.149 / 24

Rubrica:  Fls: 2

Relatório de Histórico de Andamento de Atividades

PROTOCOLO

Identificador: b40100a7-7a5c-474a-8fa5-37caea8a2ac8
Protocolo: Processo Requerimento Nº 005149/2024
Data: 04/03/2024 15:02:34
Origem: AMBIENCIA SOLUÇÕES S. LTDA
*** contatos indisponíveis ***
Contato: AMBIENCIA SOLUÇÕES S. LTDA
*** contatos indisponíveis ***
Protocolador: MATEUS DE CASTRO
Assunto: RECURSO - ANÁLISE DE PROCESSOS
Detalhamento: RECURSO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo MATEUS DE CASTRO 04/03/2024 15:03:02	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)	
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)			Código da Natureza Jurídica <div style="text-align: center; font-size: 1.2em;">2062</div>	
Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio			<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 10px;"> Processo Nº: <u>5.149</u> / <u>24</u> Rubrica <u>8</u> Fls: <u>3</u> </div>	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: AMBIENCIA SOLUCOES SUSTENTAVEIS LTDA
 (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

 MGP2100248024

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		020	1	ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
		046	1	TRANSFORMACAO
		2001	1	ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR
		2003	1	ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR

BELO HORIZONTE

Local

22 Abril 2021

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR
☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

☐ NÃO / /
 Data

☐ NÃO / /
 Data

Processo em Ordem À decisão

 / /
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência
3ª Exigência
4ª Exigência
5ª Exigência

☐

☐

☐

☐

☐

☐

/ /
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência
3ª Exigência
4ª Exigência
5ª Exigência

☐

☐

☐

☐

☐

☐

/ /
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Processo Nº: 5.149/24
Rubrica: 8 Fls: 4

Capa de Processo

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/355.649-9	MGP2100248024	16/04/2021

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
059.695.326-73	HENRIQUE FERREIRA RIBEIRO

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31212262691 em 10/05/2021 da Empresa AMBIENCIA SOLUCOES SUSTENTAVEIS LTDA, Nire 31212262691 e protocolo 213556499 - 09/05/2021. Autenticação: 6DD6EAF2D0899D8924A6F244CF2EEEABC8ECBE. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/355.649-9 e o código de segurança tMyC Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/05/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

pág. 2/8

ALTERAÇÃO CONTRATUAL
Transformação de Eireli em Sociedade Empresária Limitada

AMBIÊNCIA SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS EIRELI
NIRE: 31600335815
CNPJ 10.536.021/0001-80

HENRIQUE FERREIRA RIBEIRO, brasileiro, engenheiro ambiental, solteiro, nascido aos 13/10/1984, portador do CPF **059.695.326-73** e documento de identidade MG-10.346.153, SSP/MG, com domicílio na Rua Gasparino Carvalho Silva, número 156, apto. 101, bairro Paqueta, município Belo Horizonte — Minas Gerais, CEP 31.330-480, titular da empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, **AMBIÊNCIA SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS EIRELI**, estabelecida na Rua Gasparino Carvalho Silva, 156, apto. 101, bairro Paqueta, município Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 31.330-480, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE: **31600335815** e CNPJ **10.536.021/0001-80**,

Resolve transformar a natureza jurídica da empresa, passando de EIRELI para Sociedade Empresária Limitada, e o faz mediante às cláusulas e condições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA

Fica admitida na sociedade como sócia, CRISTIANE FERREIRA PIMENTA, brasileira, solteira, engenheira ambiental, nascida em 29/09/1987, natural de Campo Belo/MG, CPF nº 088.525.096-66, cédula de identidade nº MG-12.279.829 expedida pela SSPMG, residente nesta capital na Rua Gasparino Carvalho Silva, 156, apto. 101, bairro Paqueta, município Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 31.330-480.

CLAUSULA SEGUNDA

A partir desta data a sociedade girará sob a denominação social **AMBIÊNCIA SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS LTDA.**

CLAUSULA TERCEIRA

O sócio **HENRIQUE FERREIRA RIBEIRO**, possuidor de 100.000 quotas de capital social no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), totalizando R\$ 100.000,00 (cem mil reais), cede e transfere em caráter oneroso 25.000 quotas, totalizando R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) a sócia recém admitida **CRISTIANE FERREIRA PIMENTA**, pelo que dá e recebe plena e geral quitação, não tendo nada a reclamar, seja a que título for.

CLAUSULA QUARTA

Em consequência da presente alteração, consolida-se o contrato social que terá a seguinte redação:

Cláusula Primeira - A sociedade adotará o nome empresarial de **AMBIÊNCIA SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS LTDA.**

Cláusula Segunda - O objeto é a prestação de serviços e realização de cursos nas áreas de engenharia e meio ambiente, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e não customizáveis, sob encomenda ou não. A realização de cursos será sempre em locais fora da sede da empresa.

Cláusula Terceira - A sede da empresa é na Rua Gasparino Carvalho Silva, número 156, apto. 101, bairro Paqueta, município Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 31.330-480

Cláusula Quarta - A empresa iniciou suas atividades em 12/12/2008 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Quinta - O capital é R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 quotas no



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31212262691 em 10/05/2021 da Empresa AMBIENCIA SOLUCOES SUSTENTAVEIS LTDA, Nire 31212262691 e protocolo 213556499 - 09/05/2021. Autenticação: 6DD6EAF2D0899D8924A6F244CF2EEAABC8ECBE. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/355.649-9 e o código de segurança tMyC Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/05/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, já totalmente subscrito e integralizado, e encontra-se assim distribuído entre os sócios:

HENRIQUE FERREIRA RIBEIRO	75.000 quotas totalizando R\$ 75.000,00
CRISTIANE FERREIRA PIMENTA	25.000 quotas totalizando R\$ 25.000,00
TOTAL.....	100.000 quotas totalizando R\$100.000,00

Cláusula Sexta - A sociedade será gerida e administrada pelo sócio HENRIQUE FERREIRA RIBEIRO, que representará a sociedade ativa e passivamente, em todos os seus atos, assinando em conjunto ou isoladamente, porém apenas em negócios de interesses da própria empresa, ficando seu uso expressamente proibido para avais, fianças, endossos e atos semelhantes, seja a favor de terceiros ou dos próprios quotistas.

Cláusula Sétima - O balanço geral, bem como a demonstração de resultado do exercício dar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas, podendo eles optarem pela conservação do resultado na própria conta de Lucros ou Prejuízos.

Parágrafo primeiro: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

Parágrafo segundo: Poderão os quotistas deliberarem pela distribuição de lucros de forma não proporcional, conforme previsto no artigo 1.007 do código civil brasileiro.

Cláusula Oitava - O(s) signatário(s) do presente ato declara(m) que o movimento da receita bruta anual da empresa não excederá o limite fixado no inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra(m) em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

Cláusula Nona - A empresa poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante ato de alteração do ato constitutivo.

Cláusula Décima - Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima Primeira - Aos administradores, quando no exercício de suas funções, poderão ser creditados honorários mensais a título de "pró-labore", estabelecido de comum acordo entre os mesmos, importâncias estas que serão levadas a débito da conta "Despesas Administrativas".

Cláusula Décima Segunda - Em caso de falecimento de um dos sócios, continuará a sociedade, podendo os herdeiros do falecido, substituí-lo, quando maiores de idade. Caso os herdeiros optem por se retirarem da sociedade, serão estes reembolsados de seus haveres, cujos valores serão apurados em balanço especial levantado na data do evento.

Cláusula Décima Terceira - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização total do capital social.

Cláusula Décima Quarta - Fica eleito o foro de BELO HORIZONTE para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste ato de constituição.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31212262691 em 10/05/2021 da Empresa AMBIENCIA SOLUCOES SUSTENTAVEIS LTDA, Nire 31212262691 e protocolo 213556499 - 09/05/2021. Autenticação: 6DD6EAF2D0899D8924A6F244CF2EEAABC8ECBE. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/355.649-9 e o código de segurança tMyC Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/05/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

E por estarem assim justos e contratados, firmam digitalmente o presente instrumento em via única, para fins de registro e arquivamento na JUCEMG, para que produza os seus devidos efeitos legais.

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2021.

HENRIQUE FERREIRA RIBEIRO
Sócio/Administrador

CRISTIANE FERREIRA PIMENTA
Sócia

SANDOVAL PEREIRA ASSEF
OAB/MG: 64.799-B



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31212262691 em 10/05/2021 da Empresa AMBIENCIA SOLUCOES SUSTENTAVEIS LTDA, Nire 31212262691 e protocolo 213556499 - 09/05/2021, Autenticação: 6DD6EAF2D0899D8924A6F244CF2EEAABC8ECBE. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/355.649-9 e o código de segurança tMyC Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/05/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/355.649-9	MGP2100248024	16/04/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
088.525.096-66	CRISTIANE FERREIRA PIMENTA
059.695.326-73	HENRIQUE FERREIRA RIBEIRO
125.887.687-68	SANDOVAL PEREIRA ASSEF





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
 Governo do Estado de Minas Gerais
 Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
 Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa AMBIENCIA SOLUCOES SUSTENTAVEIS LTDA, de NIRE 3121226269-1 e protocolado sob o número 21/355.649-9 em 09/05/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 31212262691, em 10/05/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Raquel Vicente Coelho.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
059.695.326-73	HENRIQUE FERREIRA RIBEIRO

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
088.525.096-66	CRISTIANE FERREIRA PIMENTA
059.695.326-73	HENRIQUE FERREIRA RIBEIRO
125.887.687-68	SANDOVAL PEREIRA ASSEF

Belo Horizonte, segunda-feira, 10 de maio de 2021



Documento assinado eletronicamente por Raquel Vicente Coelho, Servidor(a) Público(a), em 10/05/2021, às 16:16 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 21/355.649-9.

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 31212262691 em 10/05/2021 da Empresa AMBIENCIA SOLUCOES SUSTENTAVEIS LTDA, Nire 31212262691 e protocolo 213556499 - 09/05/2021. Autenticação: 6DD6EAF2D0899D8924A6F244CF2EEAABC8ECBE. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/355.649-9 e o código de segurança tMyC. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/05/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
 SECRETÁRIA-GERAL

pág. 7/8



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, segunda-feira, 10 de maio de 2021

■ **Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões**

RECURSO :

AO PREGOEIRO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO – RJ.

Pregão Eletrônico nº 0263/2023.

Processo nº 23.459/2023.

AMBIÊNCIA SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.536.021.0001-80, com sede à Rua Gasparino Carvalho Silva, 156 – 101 – Paquetá, Belo Horizonte - MG, endereço eletrônico: henrique@ambiencia.org, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, com fulcro no art. 44, §1º do Decreto 10.024/2019, vem respeitosamente apresentar suas,

RAZÕES RECURSAIS

Contra a decisão que classificou o licitante - IN NATURA TECNOLOGIA E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, demonstrando os motivos de seu inconformismo, pelos fatos e mediante as razões técnicas e jurídicas a seguir delineadas, requerendo ao final seja julgado desclassificado.

I. RETROSPECTO FÁTICO.

Trata-se de certame deflagrado pelo município de Nova Friburgo-RJ, na modalidade Pregão Eletrônico, que tem por objeto contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria voltada à gestão de resíduos sólidos com base na metodologia “Lixo Zero” ou similar, visando a promoção da Educação Ambiental em 05 (cinco) escolas municipais de Nova Friburgo, para atender as necessidades da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Sustentável (Fundo Municipal de Meio Ambiente).

Quanto à insatisfação pela decisão do Pregoeiro que julgou o recorrido classificado, tal decisão não se mostra consentânea com as normas legais e princípios constitucionais aplicáveis à espécie, como adiante restará demonstrado.

II. DO DIREITO

No tocante a fase recursal do procedimento licitatório, esta tem como fundamento legal a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que dispõe:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;”.

É dessa garantia constitucional que decorrem as diversas formas de provocação da Administração Pública para o exercício do direito de petição, de maneira que as razões instrumentalizam seu exercício junto a esta Administração, visando aclarar os fatos acima elencados, pelas razões a seguir expostas.

2.1- Do desatendimento ao instrumento convocatório.

A sessão se deu em 05 (cinco) de fevereiro 2024, por meio do Portal de Compras do Governo Federal. Após a fase de lances, dispôs de melhor proposta o recorrido, sendo posteriormente julgado habilitado.

Assim, fora suspenso o Pregão e concedido prazo para apresentação e análise da Proposta Final Ajustada, nos termos do edital, veja-se:

“16.2 - A licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta comercial, com os respectivos valores readequados ao valor total vencedor, no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do pregoeiro.”

Em 06 (seis) de fevereiro 2024, o recorrido solicitou dilação de prazo, sem que tenha ali lançado qualquer motivação para concessão, colaciona-se:

Sem maiores cuidados quanto ao pleito, optou a municipalidade por concordar com a dilação de prazo. Aqui causa estranheza pois não houve justificativa por parte do recorrido para o pleito de adiamento, tampouco dispôs a Administração dos motivos que deram azo a tal concordância.

Não bastasse, depois de receber a referida documentação, o Pregoeiro adiou a análise por mais de 02 (duas) vezes, solicitando mais documentos do recorrido, que mais uma vez protelou o atendimento.

Decorre que o recorrente não mais dispõe de acesso ao chat para acompanhar o deslinde do processo, mas por óbvio que é extremamente desarrazoado a concessão de novos prazos, ferindo de morte a isonomia e o princípio da

vinculação ao instrumento convocatório que conferia ao detentor de melhor valor 02 (duas) horas para apresentação de proposta reajustada (item 16.2).

Processo N° 5.148/24
Rubrica 8 Fls. 12

Nesta esteia, cabe aqui enfatizar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, disciplinado nos artigos 30, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, que rege o procedimento licitatório, colaciona-se:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

[...]

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

[...]

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;"

Neste sentido, dentre as principais garantias que cercam o processo licitatório, destaca-se a vinculação da Administração e dos administrados ao edital que regulamenta o certame. Assim, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório aduz, uma vez estabelecidas as regras do certame, estas devem ser cumpridas em seus exatos termos.

Trata-se, na verdade, de princípio inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

Neste sentido ensinou Hely Lopes Meirelles:

"A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o órgão ou entidade licitadora." (In Licitação e contrato administrativo, 14º ed. 2007, p. 39).

Neste mesmo norte a jurisprudência é pacífica, senão vejamos:

"MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO. ATO DO PREGOEIRO. HABILITAÇÃO DE LICITANTE EM DESACORDO COM O EDITAL. AFRONTA AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. O Edital como "lei interna" da licitação deve sobrepor-se aos interessados de forma a assegurar a lisura, transparência e isonomia no que diz respeito ao cumprimento dos seus requisitos e exigências, tudo direcionado ao interesse público. Recurso não provido."

(TJ-SP - APL: 00048699420098260000 SP 0004869-94.2009.8.26.0000, Relator: Camargo Pereira, Data de Julgamento: 29/07/2014, 3ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 08/08/2014).

"ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO. PROPOSTA EM DESACORDO COM O EDITAL. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. IMPOSITIVO. A observância dos princípios que norteiam as licitações em geral, especificamente os da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, é essencial para o resguardo do interesse público, o qual compreende não só os interesses específicos da Administração Pública como também os de toda coletividade. Em outros termos, a adstrição às normas editalícias restringe a atuação da Administração, impondo-lhe a desclassificação de licitante que descumpra as exigências previamente estabelecidas no ato normativo. Não há irregularidade na inabilitação de participante que não atendeu integralmente às exigências editalícias, previamente estabelecidas. Decisão mantida. agravo de instrumento improvido".

(TRF-4 - AG: 50035356220214040000 5003535-62.2021.4.04.0000, Relator: LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE, Data de Julgamento: 14/07/2021, QUARTA TURMA).

Por todo o exposto, concluir-se-á, o Edital é como "lei interna" da licitação e deve sobrepor-se aos interessados de forma a assegurar a lisura, transparência e isonomia no que diz respeito ao cumprimento dos seus requisitos e exigências, tudo direcionado ao interesse público; consubstanciado a isto tem-se que o Recorrido não atendeu as exigências editalícias, motivo pelo qual deve ser julgado inabilitado sob pena de flexibilização indevida das normas do edital e quebra do princípio da isonomia.

Por fim, faz-se pontual dar ênfase ao princípio da isonomia, o qual deve ser pilar de todo procedimento licitatório. Nesse norte, nossa Carta Magna prevê em seu art. 37, XXI, a seguinte redação:

"Art. 37 [...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".

Por conseguinte, o art. 3º da Lei de Licitações nº 8.666/93, aqui utilizado de forma subsidiária assim

Processo Nº: 5149/24
dispõe:
Rubrica: 8 Fls: 13

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”.

Como facilmente se percebe, o dispositivo em comento visa impedir que sejam estabelecidas condições que traduzam em preferência de uns licitantes em detrimento doutros.

Nesse viés, o princípio da isonomia pode ser considerado um instrumento regulador das normas para que todos os destinatários de determinada lei recebam tratamento parificado. Sua verdadeira aplicação é a vedação de qualquer discriminação arbitrária, que gere desvalia de proposta em proveito ou detrimento de alguém, resultado esse de interferências pessoais injustificadas de algum ocupante de cargo público.

Por todo o exposto, em que pese o dever da Administração Pública em tratar os licitantes/concorrentes com equanimidade, buscando-se a contratação mais vantajosa, denota-se no caso em tela, arbitrariedade na seleção do futuro contratado, vez que o Recorrido sequer atendeu no aprazado o envio da proposta reajustada e documentos complementares.

Assim, a compulsoriedade da observância das normas editalícias em relação a todos os possíveis interessados serve como garantia de tratamento isonômico dos licitantes, mantendo-se imaculados os princípios constitucionais da igualdade, moralidade e impessoalidade, os quais, dentre outros, norteiam a Administração Pública.

Ordenar que os licitantes preencham todas as exigências estabelecidas no edital no aprazado resguarda os princípios da legalidade, da isonomia e concorrência, permitindo, pois, a prevalência do Interesse Público.

De rigor, portanto, o que se busca através do presente Recurso é a reforma da decisão que classificou o Recorrido, visto a fundamentação legal ora lançada, bem como a aplicabilidade dos Princípios que norteiam a seara da Administração Pública, em especial, a legalidade, isonomia e a vinculação ao instrumento convocatório.

IV. DOS PEDIDOS

Diante ao exposto, tendo em vista a inobservância do recorrido quanto aos prazos exigidos no instrumento convocatório, requer seja julgado provido o presente Recurso, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade da decisão hostilizada, como de rigor, admita-se sua desclassificação.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Belo Horizonte - MG, 01 de março 2024.

AMBIÊNCIA SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS LTDA.

Fechar



Licitação PMNF <licitacaopmnf@gmail.com>

Dilação de prazo PE 263/2023 Nova Friburgo

2 mensagens

Win Licitações <licitacao.win@gmail.com>

6 de fevereiro de 2024 às 13:30

Para: licitacaopmnf@gmail.com, rafaela.zagulski@winlicitacoes.com.br

Prezado Ilustre Pregoeiro,

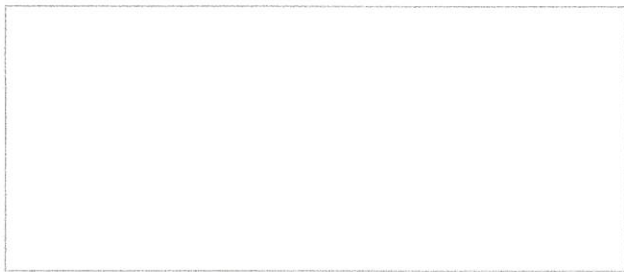
Por meio desta comunicação, em nome da empresa In Natura Tecnologia e Soluções Ambientais LTDA, vencedora do Pregão Eletrônico (PE) 263/2023 realizado em Nova Friburgo, venho formalmente solicitar uma prorrogação do prazo estabelecido para a entrega da proposta atualizada e da planilha de custos.

Gostaria de solicitar até o final da tarde para o encaminhamento dos docs solicitados.

Ressalto que esta solicitação está sendo enviada por e-mail devido à indisponibilidade do chat do Pregão para o encaminhamento de requisições no momento.

gradeço antecipadamente pela atenção dispensada a esta solicitação e coloco-me à disposição para fornecer qualquer informação adicional que possa ser necessária.

Por gentileza, confirmar recebimento



Licitação PMNF <licitacaopmnf@gmail.com>

6 de fevereiro de 2024 às 14:45

Para: Win Licitações <licitacao.win@gmail.com>

oa tarde.

Informo a prorrogação do prazo e solicito que a proposta e planilhas sejam elaborados do modo mais completo possível seguindo o descritivo do serviço conforme o anexo I.

Informarei que a prorrogação do prazo terá vigência até 07/02/2024 às 11:30 horas, momento o qual informarei as empresas sobre o recebimento da proposta readequada.

Atenciosamente,

Leonardo Gabrig Peixoto
Comissão de Pregão I

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Comissão de Pregão I

DESPACHO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 263/2023.

Processo Licitatório nº: 23.459/2023

Processo Recurso nº: 5.149/2024

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 263/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria voltada à gestão de resíduos sólidos com base na metodologia "Lixo Zero" ou similar, visando a promoção da Educação Ambiental em 05 (cinco) escolas municipais de Nova Friburgo, para atender as necessidades da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Sustentável (Fundo Municipal de Meio Ambiente), pelo período de 08 (oito) meses do Ano Letivo.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa AMBIÊNCIA SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS LTDA, inscrita no CNPJ: 10.536.021.0001-80, através do Sistema Compras, com fulcro na Lei n.º 8.666/93, do Art.º 109, Inciso I, alínea "a" - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 5.149/2024.

I. DAS PRELIMINARES



Comissão de Pregão I

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 27/02/2024. De acordo com a Ata de Realização do Pregão Eletrônico que integra o Processo 23.459/2023, a empresa AMBIÊNCIA SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS LTDA manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 11 a 13.

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, alega a recorrente que a municipalidade teria concordado com a dilação de prazo solicitada pela recorrida para apresentação da proposta final ajustada, sem que tenha sido apresentada qualquer motivação para tal concessão e que o Pregoeiro teria adiado a análise por mais 02 (duas) vezes, solicitando mais documentos do recorrido, que mais uma vez teria protelado o atendimento.

A recorrente considera desarrazoada a concessão de novos prazos, o que feriria a isonomia e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório que conferia ao detentor de melhor valor 02 (duas) horas para apresentação de proposta reajustada (item 16.2).

III. DOS PEDIDOS

Diante ao exposto, tendo em vista a inobservância do recorrido quanto aos prazos exigidos no instrumento convocatório, requer seja julgado provido o presente Recurso, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade da decisão hostilizada, como de rigor, admita-se sua desclassificação.



Comissão de Pregão I

IV. DAS CONTRARRAZÕES

A empresa IN NATURA TECNOLOGIA E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA não encaminhou as contrarrazões ao recurso apresentado.

V. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO

Quanto à alegação da recorrente de que a concessão de novos prazos para que a recorrida apresentasse a proposta reajustada, conforme e-mail acostado às fls. 14, feriria a isonomia e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, oportuno trazer à baila o princípio do formalismo moderado, o qual tem se mostrado um importante instrumento na tomada de decisões do gestor.

Previamente ao detalhamento desse princípio, deve-se dar destaque a outros três. Esses três são os que fazem com que exista o princípio do formalismo moderado: princípio da economicidade (vantajosidade); princípio da eficiência; e princípio da supremacia do interesse público.

O primeiro desses princípios, o da economicidade, faz com que a Administração busque firmar contratos mais vantajosos economicamente, além de o Poder Público contratar com o melhor gasto, ou seja, que a despesa seja realizada de forma qualitativa. Uma das principais medidas para a aplicação desse princípio é a adoção do critério menor preço.

A economicidade se trata, em suma, de custo-benefício. Ela se caracteriza por fornecer a adequação e satisfação do interesse da sociedade, por meio do cumprimento do contrato administrativo. As licitações possuem essa característica e, por essa razão, o melhor gasto deve ter como resultado a



Comissão de Pregão I

economia aos cofres públicos. Dessa forma, deve o agente público analisar com bastante critério as propostas para que se realize a melhor contratação, gerando eficiência e qualidade.

No processo licitatório, os principais princípios que apresentam aparente contradição com o formalismo moderado são o da vinculação ao instrumento convocatório, o da isonomia e o da legalidade. Eles são invocados frequentemente pelo agente da contratação para inabilitar uma empresa que descumpriu um requisito formal do certame; por exemplo, deixar de enviar determinado documento de habilitação.

Acontece que, com o passar dos anos, as decisões do gestor que extrapolaram a razoabilidade pela ampla utilização do rigor formal começaram a ser contestadas pelos órgãos de controle e pela Corte de Contas, o Tribunal de Contas da União (TCU). Um exemplo está no Acórdão do TCU a seguir transcrito, que considerou irregular a inabilitação de um licitante em razão de não ter apresentado cópias autenticadas de sua documentação:

"A irregularidade foi caracterizada a partir da inabilitação do instituto em virtude da apresentação de cópias não autenticadas. É pacífico o entendimento do tribunal de que falhas sanáveis, meramente formais, identificadas nas propostas, não devem levar necessariamente à inabilitação, cabendo à comissão julgadora promover as diligências destinadas a esclarecer dúvidas ou complementar o processamento do certame." TCU - ACÓRDÃO 3340/2015 - PLENÁRIO (BRASIL, 2015).

Sobre o assunto, também cabe destacar um trecho do artigo "Da licitação como instrumento para uma gestão condizente com o interesse público: o



Comissão de Pregão I

problema do formalismo exacerbado na frustração desse fim e a importância da participação popular para implementar a efetividade do seu controle”, de Maria Cecília Mendes Borges (2005), publicado na Revista do TCU nº 100, onde a autora traz que a licitação não é um fim em si mesmo. O professor Adilson Abreu Dallari (2006) leciona ainda que não se trata de um concurso de destreza ou uma gincana em que o objetivo é premiar o melhor cumpridor de edital.

A referida autora traz ainda que o certame licitatório, embora tenha natureza formal, deve ultrapassar a burocracia exacerbada e inútil, principalmente porque a finalidade do processo deve ser a eficácia e a eficiência da máquina pública. Sendo assim, não se deve confundir o procedimento formal com o formalismo. Enquanto o primeiro é necessário ao processo e deve ser utilizado em qualquer certame, o segundo trata de exigências inúteis e desnecessárias, que somente prejudicam o andamento do processo e fazem com que a Administração não contrate pelo menor preço, prejudicando ainda a economicidade.

A Corte de Contas já se manifestou acerca da possibilidade de serem priorizados outros princípios que eventualmente se contraponham à legalidade e ao rigorismo formal. Trata-se do Acórdão a seguir:

“A observância das normas e das disposições do edital [...] deve ser aplicada mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles os da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa. Diante do caso concreto, e a fim de melhor viabilizar a concretização do interesse público, pode o princípio da legalidade estrita ser afastado frente a outros princípios.” TCU - ACÓRDÃO 357/2015 - PLENÁRIO (BRASIL, 2015).



Comissão de Pregão I

Portanto, o princípio do formalismo moderado não faz com que a contratação desrespeite o edital da licitação, nem a legalidade, nem a isonomia. Ao contrário, esse princípio respeita todos os outros e prioriza a satisfação do interesse público, da economicidade e da eficiência. Ademais, visando ratificar todo o exposto até aqui, é válido destacar o seguinte trecho de recente decisão do TCU acerca do tema:

"Por fim, como constatado, das oito licitantes, cinco foram inabilitadas pelo descumprimento das alíneas "b" e/ou "c" do item 15.4 do edital [...] outra empresa, foi inabilitada pelo não envio da proposta atualizada com o último lance via sistema em até duas horas (item 15.5.1 do edital), o que denotou, segundo o órgão instrutivo, formalismo exagerado diante do objetivo licitatório da melhor proposta." TCU - ACÓRDÃO 468/2022 - PRIMEIRA CÂMARA (BRASIL, 2022)

Quanto à alegação da recorrente de que haveria equívoco no adiamento da análise da proposta para solicitar mais documentos do recorrido, vejamos o que dispõe o item 28.5 do Edital:

"É facultada ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado com os requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação".



Comissão de Pregão I

Nesse diapasão, vejamos a transcrição das mensagens enviadas via chat pelo Pregoeiro à empresa IN NATURA TECNOLOGIA E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA, quanto aos pedidos de diligência constantes na Ata de Realização do Pregão Eletrônico que integra o Processo 23.459/2023:

- Dia 16/02/2024 às 11:29:57: "O setor técnico solicitou conforme o item 28.5, diligência quanto alguns pontos da proposta no intuito de esclarecer o bom andamento da prestação futura do serviço e que se tenha como comprovar a sua exequibilidade."
- Dia 16/02/2024 às 11:33:08: "Na diligência solicitamos que seja enviado através do anexo do sistema uma breve descrição do serviço e da distribuição do pessoal (funcionários) para o atendimento do item 2 do Termo de Referência quanto a execução do serviço."
- Dia 16/02/2024 às 11:35:31: "Será necessária a elaboração e envio da planilha de custos que está disponibilizada no site do município: <https://www.pmnf.rj.gov.br/licitacaoView/?id=1274>, arquivo "PLANILHA-DE-CUSTOS-PE-263-2023."
- Dia 16/02/2024 às 11:36:43: "Torna-se necessária a informação de qual o tamanho e as funções dos participantes da equipe de trabalho a prestarem o serviço."

Já no dia 21/02/2024 às 10:04:25, o Pregoeiro enviou via chat aos licitantes a seguinte mensagem: "Através de e-mail encaminhado a essa comissão a Secretaria de Meio Ambiente solicitou a prorrogação do prazo para análise da planilha de custos da empresa IN NATURA".

Por fim, no dia 27/02/2024 às 14:05:06, o Pregoeiro comunicou que "após a diligência realizada pela Secretaria solicitante a mesma informou através de e-mail



Comissão de Pregão I

o aceite da proposta e das planilhas de custos e demais documentos que fazem parte da proposta e dos documentos complementares solicitados."

Importante frisar que todos os documentos e e-mails referentes aos pedidos de diligência e dilação de prazo para análise da proposta foram disponibilizados no site do município em: <https://www.pmnf.rj.gov.br/licitacaoView/?id=1274>, de forma a atender aos princípios da publicidade e transparência.

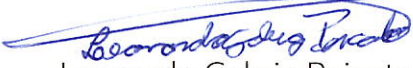
Dessa forma, conclui-se que não houve qualquer irregularidade na condução do referido certame, não assistindo razão às alegações da recorrente.

VI. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isso posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, e sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa AMBIÊNCIA SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 263/2023, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, permanecendo o julgamento anteriormente proferido, mantendo habilitada a empresa IN NATURA TECNOLOGIA E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.

Segue o mesmo para ciência e de acordo da autoridade superior, antes da publicação da decisão de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, n.º 263/2023.

Nova Friburgo, 08 de março de 2024.


Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro – Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO
URBANO SUSTENTÁVEL

Para: IDF

Origem: GABMDUS

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
SEMMADUS/GABMDUS

Processo nº 05149/2024 Nº da folha: 0023
Data 12-03-2024 Eduarda Wandrofiski da Silva

A fim de instruir o processo nº 05149/2024
Requerente: AMBIENCIA SOLIÇÕES S LTDA
Assunto: Recurso

Informação:

Trata-se de processo administrativo instaurado em razão de recurso interposto pela empresa AMBIÊNCIA SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.536.021/0001-80 contra a decisão do Sr. Pregoeiro que julgou classificada a licitante IN NATURA TECNOLOGIA E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.

Às fls. 15/22 o Sr. Pregoeiro anexou decisão negando provimento ao recurso, de forma devidamente fundamentada.

Diante dos fatos e fundamentos apresentados pelo Sr. Pregoeiro os quais reitero/ratifico *in totum* como se estivessem aqui colacionados, manifesto o de acordo com a r. Decisão prolatada.

Andrea Duque Estrada R. Azevedo
Matr. 62893

Nova Friburgo, terça-feira, 12 de Março de 2024

Digitado por: Eduarda Wandrofiski da Silva

O recurso apresentado visa impugnar decisão do Pregão que concedeu prazo para complementação documental de licitante.

Nesta esfera, observo que o i. Pregão atuou em favor da melhor proposta e pautado no princípio do formalismo moderado.

Com efeito, a realização de diligência para alcançar a proposta que melhor atenda os interesses da Administração Pública não pode ser encarada como ilegal, em especial porque atende aos princípios basilares estabelecidos no art. 37, Caput da CRFB/88.

Dito isso, opino pela manutenção da decisão do Pregão.

À Sec. de Meio Ambiente para continuidade.

NF, 12/03/24


Carlos Eduardo V. N. da Veiga
Subprocurador de Processos
Administrativos
Matricula 63347

Para: IDF

Origem: GABMDUS

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
SEMMADUS/GABMDUS

Processo nº 05149/2024 Nº da folha: 0024
Data 13-03-2024 Eduarda Wandrofiski da Silva

A fim de instruir o processo nº 05149/2024

Requerente: AMBIENCIA SOLIÇÕES S LTDA

Assunto: Recurso

Informação:

Trata-se de recurso interposto pela empresa AMBIÊNCIA SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS EIRELI no Pregão Eletrônico 263/2023.

Tendo em vista a manifestação da Douta Procuradoria do Município à fl. 23vº, remeto os autos à Comissão de Pregão para continuidade do feito.



Eduarda Wandrofiski da Silva
Matr. 63520

Nova Friburgo, quarta-feira, 13 de Março de 2024